

O novo Congresso

Pelo menos que nos lembramos, nunca um Congresso Nacional iniciou suas atividades cercado de tantas expectativas da sociedade e com tão grandes responsabilidades como este que assume amanhã a função de legislar para o Brasil nos próximos quatro anos.

Pelo seu poder soberano de alterar a Constituição, só os deputados e senadores, a serem empossados nesta quarta-feira na 50ª legislatura brasileira, podem promover as mudanças nas estruturas políticas, administrativas e econômicas do País capazes de garantir a continuidade e a consolidação do programa de estabilização da economia iniciado no governo Itamar Franco pelo então ministro Fernando Henrique Cardoso.

Praticamente, tudo o que estava ao alcance do Executivo fazer, sem a interferência dos outros poderes, para derrubar a persistente hiperinflação brasileira foi feito, até agora com sucesso absoluto: em janeiro, em que pese o aquecimento do consumo no final de 94 que se estendeu também para este início de 95, a inflação ficará apenas um pouquinho acima de 1%, abaixo, portanto, das previsões mais otimistas até do próprio governo. E isso sem qualquer tipo de controle de preços, com as empresas produzindo a todo vapor e os empregos em alta.

A fórmula adotada até aqui para trazer a inflação dos quase 50% ao mês de antes do Plano Real para os quase 1% de agora, no entanto, está esgotada. Ao governo resta administrar as pressões de conjuntura para manter os preços estáveis. A crise mexicana demonstrou que, sem as reformas estruturais dos sistemas políticos e econômicos de países como o Brasil, México e Argentina, a volta das dificuldades na administração do dia-a-dia da economia e o repique da inflação são uma questão de tempo. E só o Congresso pode evitar que isso ocorra.

O governo Fernando Henrique começa, portanto, de fato, com a inauguração desse Congresso que abre suas portas amanhã.

O que teria, inevitavelmente, de fazer em matéria de barganhas com o Congresso fez com o Congresso que encerra sua legislatura amanhã, que coroou sua atuação lamentável com o aumento salarial para o presidente e seus ministros, como justificativa para o aumento para seus membros, com o extra dos 15 meses de salário, a anistia para o senador Humberto Lucena e seus comparsas no uso da gráfica do Senado e o aumento do salário mínimo.

Com o novo Congresso suas relações terão de se estabelecer em outros termos, porque do novo Congresso o que se espera é que seja fundamentalmente diferente desse que encerra hoje sua legislatura. Que saiba avaliar a enorme responsabilidade que tem pela frente, apresentando um padrão ético de comportamento que reabilite a imagem da instituição perante a opinião pública. Sabemos que não estamos diante de um Congresso verdadeiramente novo

pelo menos em termos de mentalidade. Afinal, os parlamentares reeleitos, somados aos que já tiveram mandato em outras ocasiões, formam mais de 75% do Congresso eleito em outubro.

Mas ainda assim há boas razões para esperar que este será um Congresso diferente dos anteriores.

E o principal fundamento da nossa esperança de que o novo Congresso será capaz de corresponder ao que dele se espera, e se exige, está na escolha de seus dirigentes. Afinal quem dá o tom das assembleias legislativas são as suas lideranças. Com lideranças como as que teve, o Congresso que hoje encerra sua legislatura não podia ser diferente do que foi. Se, no entanto, tivesse tido lideranças capazes de se impor pela competência, espírito público e honestidade, esses mesmos 594 parlamentares que o compuseram poderiam ter deixado um saldo de serviços bem melhor do que o que estão deixando.

Nesse sentido as perspectivas que se abre com o novo Congresso são bem melhores. O deputado praticamente já escolhido para presidir a Câmara, e que, nessa condição, será o terceiro homem na hierarquia da República, é reconhecidamente um parlamentar sério e competente, respeitado até por seus mais renitentes adversários políticos e ideológicos e está absolutamente afinado com os propósitos do presidente Fernando Henrique, que se empenhou diretamente na sua eleição.

Será, portanto, um valioso aliado do governo no seu esforço para promover as reformas estruturais das quais depende a consolidação e a complementação do plano de estabilização econômica. Quanto ao ex-presidente José Sarney, favorito para a presidência do Senado, mesmo sendo um político da velha estirpe, é um homem cordato, que não está interessado em criar grandes obstáculos para o governo federal. Pelo contrário, já demonstrou, mais de uma vez, que está disposto a colaborar com Fernando Henrique na condução da reforma constitucional.

Assim, o relacionamento do Congresso com o governo tende a se estabelecer em termos políticos elevados, sem as injunções de ordem paroquial, fisiológica e eleitoral que marcaram a atuação dos últimos Congressos. Mesmo porque — e sobre isso os deputados e senadores já devem estar bem conscientes — nunca os olhos da sociedade brasileira estiveram tão voltados para um Congresso Nacional como estarão para o que começa a trabalhar amanhã.

O País, que elegeu um programa de governo muito mais do que um presidente da República, sabe que a continuação e a indispensável complementação desse programa já não dependem do governo Fernando Henrique, mas exclusivamente das decisões do Congresso. E saberá cobrar dele a confirmação do futuro que já está pressentindo.